

# CADERNO DE QUESTÕES

## ADVOGADO

Domingo, 17 / 06 / 2018

NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **40 (quarenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente a Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E** sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** e a **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)** deverão ser preenchidas com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões, ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **01 (uma) hora** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada, o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS** e/ou **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

**BOA PROVA!**

-----  
DESTAQUE AQUI

|    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |
|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|
| 01 |  | 06 |  | 11 |  | 16 |  | 21 |  | 26 |  | 31 |  | 36 |  |
| 02 |  | 07 |  | 12 |  | 17 |  | 22 |  | 27 |  | 32 |  | 37 |  |
| 03 |  | 08 |  | 13 |  | 18 |  | 23 |  | 28 |  | 33 |  | 38 |  |
| 04 |  | 09 |  | 14 |  | 19 |  | 24 |  | 29 |  | 34 |  | 39 |  |
| 05 |  | 10 |  | 15 |  | 20 |  | 25 |  | 30 |  | 35 |  | 40 |  |

## PROVA DISCURSIVA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **“A CRISE HUMANITÁRIA DOS REFUGIADOS”**.

### TEXTO I

Os refugiados são um grupo específico de imigrantes e têm essa denominação por conta de uma convenção feita em 1951 que trouxe regulamentação aos diferentes tipos de imigrantes. Refugiado é uma pessoa que sai de seu país por conta de *“fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”*, em situações nas quais *“não possa ou não queira regressar”*.

A ONU considera esta a pior crise humanitária do século. Em 2015, o grupo de pessoas que se deslocou de seus países fugindo de perseguições políticas e guerras chegou a 65,3 milhões – não em trânsito no momento, mas que passaram por essa situação desde que esses números são compilados. O número registrou alta de 9,7% na comparação com 2014, depois de uma estabilidade entre 1996 e 2011.

A origem da maior parte dos refugiados é a África ou o Oriente Médio. Eles fogem por conta de conflitos internos, guerras, perseguições políticas, ações de grupos terroristas e violência aos direitos humanos. Metade do fluxo anual de refugiados são sírios, devido à fuga da guerra civil em que o país está desde 2011.

De acordo com dados de 2016 da ONU, 13,5 milhões de sírios dependem de assistência humanitária, o equivalente a  $\frac{3}{4}$  da população do país. Além disso...

- 70% dessa população não tem acesso à água potável;
- 1 em cada 3 pessoas não se alimenta com o básico da nutrição necessária;
- Mais de 2 milhões de crianças não vão à escola;
- 1 em cada 5 pessoas vive em situação de pobreza.

Devido a este panorama que se construiu nos últimos anos, principalmente em decorrência da Primavera Árabe, vários países ao redor do mundo, principalmente na Europa e na Ásia, têm se preparado para abrigar refugiados. A prioridade é diminuir o sofrimento dessas populações e proporcionar auxílio adequado quando eles imigram para tal país.

Disponível em: <http://www.politize.com.br/crise-dos-refugiados/>. (Adaptado). Acesso em: 22/04/2018.

### TEXTO II

Diante da escalada da crise na Venezuela que leva cada vez mais venezuelanos a cruzarem as fronteiras rumo ao Brasil em busca de uma vida melhor, o Governo de Michel Temer assinou um decreto reconhecendo a "situação de vulnerabilidade" em Roraima. O Estado é a principal porta de entrada dos imigrantes que fogem da crise de abastecimento de alimentos, do colapso dos serviços públicos e de uma inflação de 700% no país vizinho. O presidente ainda editou uma medida provisória (MP) que acena com ações de assistência emergenciais para imigrantes venezuelanos no Estado em diversas áreas, como proteção social, saúde, educação, alimentação e segurança pública. Elas serão coordenadas por um comitê federal composto por representantes de distintos ministérios e conduzidas em parcerias entre União, Roraima e municípios.

A prefeitura de Boa Vista estima que cerca de 40.000 venezuelanos já tenham entrado na cidade, o que representa mais de 10% dos cerca de 330.000 habitantes da capital. Guardadas as devidas proporções, Roraima vive sua crise particular de refugiados. Os abrigos estão lotados e milhares de imigrantes vivem em situação de rua. A maioria chega pelo pequeno município de Pacaraima, com 16.000 habitantes, e depois segue para Boa Vista. Apesar de o fluxo de venezuelanos ter aumentado desde o fim de 2016, uma nova leva chegou após a Colômbia colocar mais travas para a entrada de refugiados no país.

O deslocamento dos venezuelanos que chegam pela fronteira é complexo. Muitas vezes, por não terem dinheiro para custear passagens ou táxis, alguns imigrantes percorrem a pé o caminho de mais de 200 quilômetros que separa Pacaraima, na fronteira, e Boa Vista. "Famílias com crianças pequenas fazem o trajeto caminhando durante dias em uma estrada perigosa, já que muitas vezes não há acostamento. O táxi-lotação cobra cerca de 50 reais, o que é muito para quem chega sem dinheiro, fugindo da fome", explica Camila Asano que é membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CDNH) e participou no fim de janeiro de uma missão para avaliar a situação da acolhida dos imigrantes venezuelanos em Roraima, Pará e Amazonas.

Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071\\_492585.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html) (adaptado). Acesso em: 22/04/2018

### TEXTO III



Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/internacional/1441316653\\_944472.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/internacional/1441316653_944472.html?rel=mas). (Adaptado). Acesso em: 22/04/2018.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 05

#### Por que não falar sobre suicídio?

Um fantasma ronda a imprensa desde os seus primórdios: o temor de reportar casos de suicídio.

As razões desse receio são perfeitamente compreensíveis. O tema é envolto por um véu de sofrimento e perplexidade. Para familiares de suicidas, o sentimento de culpa é inescapável. Como em todo luto, há negação, raiva e tristeza. E há mais: no suicídio é preciso tentar entender e aceitar as razões de quem decidiu abreviar a vida, contrariando o instinto de sobrevivência comum a todas as espécies. Falar sobre quem morreu é sempre uma tarefa delicada para a mídia, mas mesmo nas maiores tragédias humanas o sentimento que prevalece é o da consternação com a morte.

Morrer é uma certeza sobre a qual as dúvidas prevalecem: exceto alguns pacientes desenganados, quase ninguém sabe como, quando, onde ou de quê irá morrer. Matar a si próprio é impor uma certeza sobre todas as dúvidas, exceto uma: como seria o restante da vida se a escolha de morrer não triunfasse.

O suicídio, em muitos casos, pode ser um ato extremo de comunicação: uma busca sem volta de expor sentimentos antes represados. Segundo o alerta “Prevenir suicídio – um imperativo global” (2014), da Organização Mundial de Saúde, uma prevenção eficaz depende de inúmeros fatores – entre eles, informação de qualidade. Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas.

A mídia tem o dever de dar à sociedade a melhor informação para evitar que as pessoas se desencantem com a vida.

E talvez estejamos falhando em ajudar quem sofre com a perda de um ente querido a lidar com essa angústia.

“Os Sofrimentos do Jovem Werther”, obra do poeta alemão Goethe lançada em 1774, narra como uma desilusão amorosa levou o personagem do título ao suicídio. A publicação do romance, embora ficcional, provocou uma onda de suicídios pelo mesmo motivo, no que ficou conhecido como “Efeito Werther” — uma das razões pelas quais criou-se o tabu de que a divulgação de um suicídio pode estimular novos casos. Tal crença poderia ser válida no século 18 de Goethe, mas não sobrevive aos tempos atuais de comunicação instantânea, em que tais atos são cometidos ao vivo diante de câmeras de tevê ou transmitidos em tempo real por redes sociais. Negar a existência dessas ocorrências é um equívoco tão grande quanto acreditar que torná-las públicas são decisivas para que outros escolham o mesmo destino. Um dos princípios do jornalismo é buscar a verdade.

Disponível em: <https://istoe.com.br/por-que-nao-falar-sobre-suicidio/>. Acesso em: 03/05/2018.

#### QUESTÃO 01

A respeito do suicídio, o texto permite afirmar que:

- (A) Um dos motivos atualmente atrelados ao suicídio se baseia em obras de ficção.
- (B) É desnecessário compreender suas causas, uma vez que se trata de uma ação irreversível.
- (C) A imprensa tende a elucidar, com clareza, as pessoas sobre o assunto.
- (D) Suicidar-se é sempre uma forma de expor sentimentos que outras pessoas não notam.
- (E) Não é possível supor o caminho que as pessoas que cometem suicídio traçariam em suas vidas.

#### QUESTÃO 02

A referida justificativa para a acentuação da palavra destacada está **incorreta** em:

- (A) Para familiares de suicidas, o sentimento de culpa é **inescapável** – Palavra paroxítona terminada em **L**.
- (B) Morrer é uma certeza sobre a qual as **dúvidas** prevalecem – Palavra proparoxítona.
- (C) Quase **ninguém** sabe como, quando, onde ou de quê irá morrer – Palavra oxítona terminada em **EM**.
- (D) Segundo o alerta (...), da Organização Mundial de **Saúde** – Palavra paroxítona terminada em **E**.
- (E) Negar a existência dessas ocorrências é um **equívoco** tão grande (...) – Palavra proparoxítona.

#### QUESTÃO 03

Nas alternativas abaixo, verifica-se a presença de modo verbal subjuntivo em:

- (A) As razões desse receio são perfeitamente compreensíveis.
- (B) O tema é envolto por um véu de sofrimento e perplexidade.
- (C) Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas.
- (D) Para evitar que as pessoas se desencantem com a vida.
- (E) Um dos princípios do jornalismo é buscar a verdade.

#### QUESTÃO 04

Sintaticamente, observa-se que no trecho “Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas”, os termos destacados exercem função sintática de:

- (A) Adjuntos adnominais.
- (B) Adjuntos adverbiais.
- (C) Predicativos.
- (D) Apostos.
- (E) Agentes da passiva.

#### QUESTÃO 05

As classes gramaticais das palavras destacadas na oração “Como **em** todo **luto**, há **negação**, **raiva** e **tristeza**”, são, respectivamente:

- (A) Preposição; substantivo; preposição.
- (B) Conjunção; verbo; preposição.
- (C) Conjunção; substantivo; preposição.
- (D) Preposição; verbo; conjunção.
- (E) Preposição; substantivo; conjunção.

## MATEMÁTICA

### QUESTÃO 06

Para determinar a altura de um prédio, um engenheiro utilizou o seguinte procedimento: a partir de um ponto P mediu o ângulo formado entre a horizontal e a reta que une P ao topo do prédio. Em seguida, andou em direção ao prédio até um ponto Q, distante 100 metros de P, e mediu novamente o ângulo formado entre a reta que une Q ao topo do prédio e a horizontal. Se os ângulos medidos foram, respectivamente, de  $30^\circ$  e  $60^\circ$ , a altura do prédio é:

- (A) 85 m.
- (B) 50 m.
- (C) 170 m.
- (D) 100 m.
- (E) 57 m.

### QUESTÃO 07

A polegada é uma unidade de medida utilizada na maioria dos países de língua inglesa e equivale a 25 mm. O tamanho dos aparelhos de televisão, em geral, são dados em polegadas, mesmo em países que não utilizam esta medida regularmente, e se referem a medida da diagonal da tela do aparelho. Uma TV de 50 polegadas tem a diagonal da sua tela medindo:

- (A) 125 mm.
- (B) 1,25 m.
- (C) 1250 cm.
- (D) 12,5 cm.
- (E) 0,125 m.

### QUESTÃO 08

Uma caixa d'água tem o formato de um paralelepípedo reto retângulo cujas arestas da base medem 1,2 m e 0,8 m. Uma torneira despeja nesta caixa d'água 24 litros de água por minuto. Se a caixa d'água estava inicialmente vazia, o tempo necessário para que o nível da água atinja a altura de 1 m é:

- (A) 15 minutos.
- (B) 30 minutos.
- (C) 40 minutos.
- (D) 4 minutos.
- (E) 1 hora e 10 minutos.

### QUESTÃO 09

Um atleta de esportes radicais precisa calcular quantos metros quadrados de náilon serão necessários para confeccionar sua asa-delta. Efetuando algumas medidas, verificou que ela tem o formato de um triângulo isósceles com lados medindo 5 m, 5 m e 8 m. Se o metro quadrado do náilon para asa-delta custa R\$ 12,00 (doze reais), a quantia que o atleta irá gastar para confeccionar sua asa-delta será de:

- (A) R\$ 288,00.
- (B) R\$ 144,00.
- (C) R\$ 480,00.
- (D) R\$ 216,00.
- (E) R\$ 108,00.

### QUESTÃO 10

Paulo aplicou em um banco R\$ 12.000,00 a juros simples, à taxa de 3% ao mês. Antônio, amigo de Paulo, aplicou R\$ 10.000,00, também a juros simples, mas a uma de 4% ao mês. Após algum tempo, ambos resgataram todo o dinheiro das respectivas aplicações e notaram que o montante era o mesmo. Se os dois amigos fizeram a aplicação no mesmo dia, o tempo decorrido desde o início até o resgate das aplicações foi de:

- (A) 5 meses.
- (B) 1 ano e 2 meses.
- (C) 5 anos.
- (D) 2 anos e 1 mês.
- (E) 4 anos e 2 meses.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### QUESTÃO 11

“Sua maior vantagem reside no fato de não ser necessário possuir um programa específico para a leitura ou envio de mensagens de correio eletrônico, qualquer computador ligado à Internet com um navegador é suficiente. Isto também significa que, ao contrário de outros protocolos de comunicação na web, como o POP3, não é necessário utilizar sempre o mesmo computador”.

O texto acima se refere a um tipo de ferramenta virtual chamada:

- (A) WebMail.
- (B) Web Connection.
- (C) Windows Mail.
- (D) Outlook Messenger.
- (E) Internet Mail.

### QUESTÃO 12

Caso um profissional deseje realizar uma apresentação multimídia utilizando o MS Power Point 2010, com a finalidade de demonstrar o fluxograma de uma determinada atividade, ele poderá utilizar imagens geométricas disponíveis para confecção desse fluxograma, como as exemplificadas abaixo.



Para que sejam postadas figuras desse tipo no corpo de um slide, é necessário:

- (A) Clicar no botão “Figuras”, obtido a partir da opção “Inserir” do menu principal.
- (B) Acessar a área de “Formas Geométricas”, a partir da opção “Inserir” → Figuras.
- (C) Escolher a opção “Figuras” no menu principal e, a seguir, clicar em “Avançado”.
- (D) Clicar em “Inserir” no menu principal e, em seguida, na opção “Formas”.
- (E) Clicar na opção “Exibir” do menu principal para acessar o botão “Figuras”.

**QUESTÃO 13**

Um usuário do MS Excel 2010 confeccionou a planilha abaixo para catalogar os produtos utilizados por sua unidade de trabalho, informando a quantidade de cada um e a data da respectiva compra.

|   | A              | B          | C           |
|---|----------------|------------|-------------|
| 1 |                |            |             |
| 2 | <b>PRODUTO</b> | <b>QTD</b> | <b>DATA</b> |
| 3 | Caneta         | 5          | 01/abr      |
| 4 | Apontador      | 8          | 05/abr      |
| 5 | Lapis          | 4          | 07/abr      |
| 6 | Borracha       | 6          | 18/abr      |
| 7 | Régua          | 8          | 30/abr      |
| 8 | Grampeador     | 3          | 05/mai      |

Após a inserção de mais de 100(cem) itens, o usuário percebeu que poderia visualizar mais rapidamente as informações de determinado produto se eles estivessem organizados por ordem alfabética. O recurso para a execução dessa ação desejada pelo usuário será encontrado no menu principal, na opção:

- (A) Layout de quadro → Organização.
- (B) Dados → Classificar.
- (C) Inserir → Classificação.
- (D) Fórmulas → Classificar.
- (E) Inserir → Ordem alfabética.

**QUESTÃO 14**

Durante a utilização de um computador com o sistema operacional Windows 7, o seu usuário poderá, a qualquer momento, realizar a desinstalação ou alteração de qualquer programa ou aplicativo que tenha anteriormente instalado em seu HD. Para a realização dessa prática, o usuário deve:

- (A) Clicar com o botão direito do mouse no desktop e, na janela que se abre, escolher a opção "Programas".
- (B) Acionar simultaneamente as teclas CTRL + DEL e, na tela que se abre, acionar o botão "Desinstalar".
- (C) Ir em "Iniciar", clicar em "Painel de Controle" e, a seguir, escolher a opção "Programas e Recursos".
- (D) Clicar com o botão direito do mouse no botão "Iniciar" e, em "Propriedades", escolher a opção "Recursos".
- (E) Acionar simultaneamente as teclas CTRL + FN e acessar a opção "Função Programas".

**QUESTÃO 15**

Durante a elaboração de um texto no MS Word, é possível a colocação de "textos decorativos" para que o documento tenha uma aparência mais sofisticada. Este recurso, comumente utilizado na confecção de capas de trabalhos acadêmicos ou em relatórios profissionais, pode ser acessado:

- (A) Acionando-se o botão de "Estilos" e escolhendo o formato de texto desejado.
- (B) Acionando-se o botão direito do mouse e escolhendo a opção "Fonte" → Avançado.
- (C) Pelo botão "Fontes Especiais" localizado na opção "Exibição".
- (D) Através do menu de recursos especiais encontrado na opção "Referências".
- (E) Através da opção "Inserir" → WordArt.

**LEGISLAÇÃO****QUESTÃO 16**

A Lei n° 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), pode-se afirmar:

- (A) É objetivo do Sistema Único de Saúde SUS somente a identificação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- (B) O SUS é responsável, em seu campo de atuação, pela participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- (C) Faz parte de um dos princípios a universalidade de acesso aos serviços de saúde em somente alguns níveis de assistência.
- (D) A direção do SUS, no âmbito da União, é exercida pela Secretaria de Saúde.
- (E) A iniciativa privada não poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

**QUESTÃO 17**

De acordo com a Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e das relações jurídicas nela previstas, pode-se afirmar acerca da legislação vigente:

- (A) O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver violação dos estatutos ou contrato social.
- (B) A desconsideração não será efetivada quando houver falência por má administração.
- (C) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes.
- (D) As sociedades coligadas responderão objetivamente.
- (E) Não poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

**QUESTÃO 18**

Sobre a competência do processo administrativo disposto na Lei nº 9.784/1999, pode-se afirmar:

- (A) A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (B) A edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- (C) O ato de delegação e sua revogação são dispensados de serem publicados no meio oficial.
- (D) O ato de delegação é irrevogável.
- (E) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

**QUESTÃO 19**

Sobre a anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, à luz da Lei nº 9.784/1999, pode-se afirmar estar de acordo com a legislação:

- (A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando evitados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, independente dos direitos adquiridos.
- (B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- (D) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
- (E) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

**QUESTÃO 20**

“Entende-se por material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.

De acordo com os conceitos trazidos na Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, qual conceito está descrito na frase acima?

- (A) Reutilização.
- (B) Rejeito.
- (C) Resíduo sólido.
- (D) Logística reversa.
- (E) Reciclagem.

**QUESTÃO 21**

A Lei nº 9.961/2000 criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sobre as competências da ANS, **não** se pode afirmar:

- (A) Elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, exceto suas excepcionalidades.
- (B) Fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras.
- (C) Estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.
- (D) Normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes.
- (E) Estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

**QUESTÃO 22**

Sobre a Lei nº 9.784/1999, no que concerne aos atos administrativos, pode-se afirmar:

- (A) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- (B) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, sendo dispensável a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (C) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- (D) Os atos do processo podem realizar-se em qualquer dia e horário da repartição na qual tramitar o processo.
- (E) Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

**QUESTÃO 23**

O art. 37 da Constituição Federal traz as diretrizes gerais da Administração Pública, inclusive no que diz respeito aos seus servidores.

Quanto a estes, qual a alternativa está de acordo com a Carta Magna brasileira?

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (B) O direito de greve será exercido indistintamente.
- (C) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) Independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

**QUESTÃO 24**

A Lei nº 12.305/2010 trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, em seu art. 6º, elenca vários princípios.

São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, **exceto**:

- (A) Apenas a prevenção.
- (B) O poluidor-pagador.
- (C) O desenvolvimento sustentável.
- (D) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (E) Gestão integrada de resíduos sólidos.

**QUESTÃO 25**

À luz do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, pode-se afirmar que está **incorreta** a alternativa:

- (A) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
- (B) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (C) É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
- (D) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.
- (E) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 26**

Situação hipotética: Determinada turma do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 12ª Região, em sede de Ação Rescisória, proferiu Acórdão para desconstituir sentença proferida pelo MM 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, em Ação ajuizada por Jonismar contra a empresa Calçados Gaúchos Ltda. Na referida ação, o juiz de primeira instância condenou a reclamada ao pagamento de verbas rescisórias. Entretanto, no Egrégio TRT 12ª Região, a sentença foi desconstituída e o TRT resolveu rejeitar totalmente os pedidos de pagamento de verbas rescisórias.

Considerando a situação hipotética narrada e a jurisprudência consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que:

- (A) Jonismar, caso queira, poderá apresentar Recurso de Revista para o Egrégio Supremo Tribunal Federal, com o fito de reformar acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região.
- (B) Jonismar, caso queira, poderá apresentar Recurso de Revista para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, com o fito de reformar acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região.
- (C) Jonismar, caso queira, poderá apresentar Agravo de Instrumento para o Egrégio Supremo Tribunal Federal, com o fito de reformar acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região.
- (D) Jonismar, caso queira, poderá apresentar Recurso Ordinário para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, com o fito de reformar acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região.
- (E) Jonismar não poderá apresentar novo recurso, uma vez que o trânsito em julgado ficou caracterizado após a segunda instância, conforme atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 27**

Caso hipotético: Maria João, portuguesa nascida em Lisboa, naturalizou-se brasileira e graduou-se como farmacêutica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Dado o seu engajamento político, logo conseguiu apoio popular e resolveu candidatar-se à deputada federal pelo estado de Santa Catarina em 2018, tendo como slogan principal de sua campanha a frase "contra a corrupção o melhor remédio é votar na Maria João!"

Considerando o caso hipotético narrado, é **incorreto** afirmar que:

- (A) Maria João poderá ser eleita deputada federal pelo estado de Santa Catarina, não sendo prescindível que haja reciprocidade em favor dos brasileiros que residam em Portugal, porém, não poderá ser eleita presidente da respectiva casa legislativa.
- (B) Maria João poderá ser eleita deputada federal pelo estado de Santa Catarina, desde que tenha, no mínimo, vinte e um anos de idade, além de outros requisitos legais, não podendo apenas ser eleita presidente da respectiva casa legislativa.
- (C) Maria João poderá ser eleita deputada federal pelo estado de Santa Catarina, entretanto, não poderá ser presidente da respectiva casa legislativa em razão de expressa vedação constitucional.
- (D) Caso Maria João seja eleita, seu mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) Caso o cônjuge de Maria João seja eleito governador do estado de Santa Catarina nas eleições de 2018, isto não acarretará qualquer impedimento para que Maria João também seja considerada eleita e apta ao exercício do cargo político.

**QUESTÃO 28**

Situação hipotética: Valdomiro Cervantes, proprietário de uma farmácia de manipulação, possui seu imóvel comercial situado no Centro de Florianópolis e mantém todas as suas obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em consonância com as disposições legais. Ocorre que, em um determinado dia, Valdomiro é surpreendido com a notícia de que uma lei municipal promulgada e publicada em maio de 2018 trazia novas regras sobre o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). O referido tributo era pago por Valdomiro sempre no prazo legal definido para outubro do ano subsequente àquele em que se configurou o fato gerador, porém, a norma publicada em maio do corrente ano previu que o IPTU deveria ser pago em agosto de cada ano. Indignado com as novas regras e preocupado por não ter se planejado para efetuar tal gasto no mês de agosto, Valdomiro constitui um advogado como seu procurador para ajuizar ação em face da Fazenda Pública municipal em defesa de seus direitos fundamentais enquanto contribuinte e cidadão probo que é. Diversos foram os argumentos ponderados em sua inicial, cujo pedido final era pelo julgamento da procedência de sua ação no sentido de ser declarada a violação a princípios tributários e direitos fundamentais, bem como a não incidência das novas regras no exercício financeiro de 2018.

Considerando a situação hipotética narrada, o ordenamento jurídico pátrio e o entendimento dominante na jurisprudência, a decisão adotada no juízo competente deve ser no sentido da:

- (A) Procedência da ação, pois o princípio da anterioridade tributária representa garantia de caráter individual do contribuinte, servindo como instrumento destinado a impedir que o sujeito passivo da obrigação fiscal venha a ser surpreendido pela imediata aplicabilidade das alterações procedidas em leis tributárias.
- (B) Improcedência da ação, pois nem toda alteração implica em modificação que ofenda o princípio da anterioridade tributária. No caso narrado, não há prejuízo da referida garantia constitucional dada aos contribuintes simplesmente pela lei haver alterado a data de pagamento da obrigação tributária.
- (C) Procedência da ação, pois houve violação ao princípio tributário da não surpresa do contribuinte. Não é lícito aos entes da Federação criar novas condições para o cumprimento da obrigação tributária sem permitir prazo razoável ao contribuinte para sua adaptação à nova realidade fiscal.
- (D) Improcedência da ação. Apesar de, no caso em comento, não ser devido o cumprimento do princípio da anterioridade, deveria a norma ter respeitado a chamada nonagésima, isto é, o prazo mínimo de 90 dias para sua incidência.
- (E) Procedência da ação, uma vez que a referida alteração macula garantias consideradas postulados constitucionais fundamentais, estando umbilicalmente ligada ao próprio conteúdo econômico da obrigação tributária, devendo ser evitadas surpresas para os contribuintes.

**QUESTÃO 29**

Situação hipotética: Luiza Silva, desempregada, solteira, 53 anos de idade, após o falecimento de sua genitora, mudou-se para o imóvel da mãe sob o pretexto de cuidar de seu irmão Manoel, 33 anos de idade, esquizofrênico, com a anuência do irmão mais velho, Raimundo, que a priori sentiu-se agradecido pela generosidade da irmã e sua disponibilidade em cuidar de Manoel.

Luiza, que já havia se informado sobre a possibilidade de obter, em nome de Manoel, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS, junto ao INSS, orientada pela Defensoria Pública para requerer a curatela, ajuíza ação com pedido de Interdição do incapaz, fazendo a juntada dos documentos que comprovaram a doença de Manoel, sendo posteriormente deferidos pelo magistrado a interdição e o benefício.

Após algum tempo, Luiza passou a desvirtuar a finalidade do benefício recebido, que seria a manutenção de condições mínimas de uma vida digna ao curatelado, ignorando seu dever e desrespeitando normas de direito, não se preocupando com a higiene, saúde e alimentação de Manoel, utilizando o dinheiro para comprar bebidas, fazer festas, apropriando-se como se seu fosse.

Certo dia, ao chegar em casa, Luiza se depara com Manoel em surto, em virtude da interrupção de seu tratamento com antipsicóticos e por falta de acompanhamento médico, uma vez que faltara a todas as consultas agendadas.

Sobre o instituto da Curatela, e considerando a situação hipotética narrada, é possível afirmar que:

- (A) Tendo a curatela cunho protetivo da pessoa incapaz, e considerando que Luiza não está cumprindo com o múnus assumido, Raimundo poderá requerer sua remoção da curatela, não havendo imposição da observância da forma legal pelo caráter de urgência e de provisoriedade de que se reveste a medida, mas é exigido para sua concessão que Luiza seja intimada para se defender no processo em obediência ao devido processo legal e ampla defesa.
- (B) Luiza poderá, com a anuência de seu irmão Raimundo, promover a internação de Manoel em um asilo, devendo, no entanto, comprovar que a renda de Manoel está revestida na manutenção de suas despesas.
- (C) Findo o prazo em que Luiza está obrigada a servir como curadora, caso não haja mais interesse, ela terá 10 (dez) dias para requerer sua exoneração do encargo, caso contrário, será reconduzida tacitamente à função.
- (D) A juntada de laudos atualizados e outros documentos devidamente assinados por profissional competente são eficazes para formar o convencimento acerca da necessidade de interdição, o que não obsta ao magistrado solicitar novo laudo em caso de suspeita acerca da veracidade dos documentos.
- (E) O Ministério Público, como defensor dos direitos individuais indisponíveis, também seria considerado legitimado, em concorrência com os demais, para promover a interdição de Manoel, dada a necessidade de ordem social.



### QUESTÃO 30

“A interpretação da norma programática não pode transformá-la em promessa constitucional inconsequente. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.” (Trecho extraído do RE 393175/RS, de relatoria do Eminentíssimo Ministro Celso de Mello - 2ª Turma -, julgado em 12 de dezembro de 2006).

O trecho transcrito de julgado do Supremo Tribunal Federal gerou ampla discussão entre dois amigos. Inicialmente, os argumentos giravam em torno dos benefícios que estas espécies de normas constantes do texto constitucional poderiam trazer para o efetivo alcance do desenvolvimento social e econômico do país. Após o consenso, os dois amigos refletiram sobre a classificação da Constituição Federal, que poderia ser percebida a partir da existência de normas programáticas definidoras de objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, pelo que tiveram o **correto** entendimento de:

- (A) Tratar-se da classificação quanto à finalidade da Constituição, uma vez que a existência de normas programáticas caracteriza uma norma dirigente, do tipo limitada institutiva quanto à sua eficácia e aplicabilidade, no sentido de que são estabelecidos objetivos a serem alcançados pelo Estado.
- (B) Tratar-se da classificação quanto à origem da Constituição, uma vez que a existência de normas programáticas traduz sentimento do povo que, no exercício pleno da democracia, estabelece objetivos que devem ser cumpridos pelo Estado.
- (C) Tratar-se da classificação quanto à finalidade da Constituição, uma vez que a existência de normas programáticas reflete um verdadeiro compromisso assumido pelo Estado no sentido de alcançar os objetivos fundamentais estabelecidos como metas.
- (D) Tratar-se da classificação quanto à origem da Constituição, uma vez que a existência de normas programáticas representa os anseios do povo e, portanto, sua definição como verdadeiros objetivos do Estado caracteriza a democracia típica das Constituições ditas promulgadas.
- (E) Tratar-se da classificação quanto ao modo de elaboração da Constituição, uma vez que a existência de normas programáticas denota a observação dos anseios do povo em um dado momento político no qual foi constituída Assembleia Nacional Constituinte, cuja missão precípua era transformar os valores sociais em normas.

### QUESTÃO 31

“Dos 295 municípios catarinenses, 46 descumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2016, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). No país, 2.096 prefeituras estavam fora da lei ao final do ano passado.

Entre as cidades de Santa Catarina, 17 não deixaram verba suficiente para cobrir os restos a pagar, despesas contratadas e empenhadas, mas que não foram quitadas até 31 de dezembro. Nove cidades ultrapassaram o limite legal de 60% da receita corrente líquida com despesas de pessoal (...), e duas gastaram além do permitido com o custo da dívida.

O aspecto legal menos observado, contudo, foi a transparência. Em SC, 22 municípios não declararam o balanço anual das contas no prazo legal (até 31 de abril), entre eles Florianópolis, a única capital a não prestar contas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), segundo informações do Ministério da Fazenda.

Conforme a prefeitura da Capital, problemas relacionados à empresa de TI contratada na gestão anterior - que levaram inclusive a uma CPI — e a posterior troca do prestador de serviços provocaram o atraso. A gestão atual afirma estar revendo informações e trabalhando para remeter os dados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Só depois será gerado o balanço para a STN.”

Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/08/46-cidades-de-sc-descumpriram-a-lei-de-responsabilidade-fiscal-9870021.html>. Acesso em: 27/04/2018)

Do cenário identificado a partir do trecho acima transcrito e à luz da lei de responsabilidade, é **incorreto** afirmar que:

- (A) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Estado, não poderá exceder os 60% da receita corrente líquida, sendo, destes, 49% para o Poder Executivo, 6% para o Poder Judiciário, 3% para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado) e 2% para o Ministério Público do Estado.
- (C) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (D) Nos Estados em que não houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos na lei de responsabilidade acerca dos gastos com pessoal no âmbito do poder Legislativo serão reduzidos em até 0,8% (oito décimos por cento).
- (E) Além de ser assegurada a transparência por meio de liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, também são instrumentos de transparência da gestão fiscal a ampla divulgação dos orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas, dentre outros.

**QUESTÃO 32**

A chamada *disregard doctrine* - capitaneada pela construção jurisprudencial do direito anglo-saxão e sistematizada na Alemanha pelo Prof. Rolf Serick - surge, ao contrário do que possa parecer, não para desvalorizar a pessoa jurídica, mas antes buscando preservar o importante instituto, coibindo seu desvirtuamento.

A doutrina brasileira acolheu a *disregard of legal entity* no final de 1960, na ocasião de conferência proferida pelo professor Rubens Requião, que passa a defender a sua aplicação pelos juízes, independentemente de previsão legal. Não tardou e logo o instituto estava previsto em diversos diplomas legais pátrios. Acerca desta previsão legal e da atuação do Poder Judiciário brasileiro é possível constatar equívoco naquilo que se afirma em:

- (A) Moisés, credor de MXT sociedade Ltda., ajuizou ação de cobrança em razão de dívida vencida e não paga. No decorrer do processo, não foram encontrados bens suficientes da demandada para solver a dívida, pelo que o juiz considerou não ser razão bastante para acionar o patrimônio particular dos sócios de MXT sociedade Ltda., uma vez que durante o processo não restou caracterizado a existência de abuso da personalidade jurídica.
- (B) A hipótese de descortinar a proteção do patrimônio dos sócios que se dá em razão da existência de uma pessoa jurídica é medida extrema e excepcional, aplicada somente quando se verifica a impossibilidade de pagamento do débito pela pessoa jurídica, mesmo que não reste comprovada a confusão patrimonial ou o desvio de finalidade, resguardado o benefício de ordem que atribui responsabilidade subsidiária aos sócios.
- (C) A medida de levantar o véu que distingue a pessoa jurídica da pessoa dos sócios deve ser tida como excepcional, uma vez que afeta a personalidade jurídica, não sendo viável sua aplicação quando não ficar comprovada fraude ou abuso da personalidade jurídica a partir de um devido processo legal, inclusive no que diz respeito à responsabilidade dos administradores da pessoa jurídica.
- (D) Executada determinada pessoa jurídica e não encontrados bens para garantir o juízo, o magistrado, identificando indícios de paralisação das atividades desenvolvidas pela referida pessoa jurídica, resolveu efetuar constrição dos bens particulares dos sócios, mesmo havendo ato constitutivo devidamente registrado estabelecendo a responsabilidade limitada dos sócios.
- (E) A responsabilidade dos sócios de sociedade limitada que tenham provocado, mesmo que sem intenção de fraudar credores, confusão patrimonial, devem ter seu patrimônio particular alcançado, não se limitando a responsabilidade ao capital social subscrito, sob pena de frustrar a satisfação do credor lesado.

**QUESTÃO 33**

Situação hipotética: Pedro, Bruno, Claudia e Muriel constituíram uma sociedade em 30/01/18, escolhendo como tipo societário a Limitada (LTDA) e subscreveram o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), tendo os sócios quotas iguais de 25% cada. Pedro integralizou o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Bruno integralizou por meio de um bem no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), Claudia integralizou o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e Muriel o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). No dia 27/05/18 Muriel percebeu que o Contrato Social não tinha sido registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina levando-o a registro no mesmo dia.

Considerando o caso apresentado, sobre a responsabilidade dos sócios, pode-se afirmar que:

- (A) Os sócios respondem solidariamente pela exata estimação do bem conferido ao capital social por Bruno, desde a integralização da quota do sócio na constituição de fato da sociedade, até 2 (dois) anos da data do registro da sociedade; e, limitada e solidariamente, pelas obrigações contraídas durante o período sem registro, pois o registro não é constitutivo e considera-se mera formalidade, não influenciando na responsabilidade dos sócios. Entretanto, os sócios poderão responder por perdas e danos em razão da mora no registro ser superior a 30 (trinta) dias.
- (B) Os sócios respondem solidária e limitadamente pelo valor subscrito e não integralizado ao capital social, sendo de responsabilidade de Bruno a exata estimação do bem conferido ao capital social até o prazo de 2 (dois) anos da data do registro da sociedade. Porém, respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade durante o período sem registro por terem ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias do registro do Contrato Social na Junta Comercial, podendo responder por perdas e danos.
- (C) Os sócios respondem solidariamente pelo valor subscrito e não integralizado, sendo de responsabilidade de Bruno a exata estimação do bem conferido ao capital social até o prazo de 2 (dois) anos da data do registro da sociedade. Porém, respondem ilimitada e subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade durante o período sem registro por terem ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias do registro do Contrato Social na Junta Comercial, podendo responder por perdas e danos.
- (D) Os sócios respondem solidariamente pelo valor subscrito e não integralizado e também pela exata estimação do bem conferido ao capital social por Bruno até o prazo de 5 (cinco) anos da data do registro da sociedade. Porém, respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade durante o período sem registro por terem ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias do registro do Contrato Social na Junta Comercial, podendo responder por perdas e danos.
- (E) Os sócios respondem solidariamente pelo valor subscrito e não integralizado e também pela exata estimação do bem conferido ao capital social por Bruno desde a integralização da quota do sócio na constituição de fato do tipo societário até o prazo de 3 (três) anos da data do registro da sociedade. Porém, respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade durante o período sem registro por terem ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias do registro do Contrato Social na Junta Comercial, podendo responder por perdas e danos.

**QUESTÃO 34**

“As parcerias público-privadas (PPP) são uma das possibilidades disponíveis aos governos para a oferta de infraestruturas econômicas e sociais à população. A experiência internacional oferece evidências no sentido de serem projetos de parcerias público-privadas eficazes para se obter o melhor uso dos recursos públicos, a entrega da infraestrutura no prazo e orçamento previstos e a operação mais eficiente na prestação de serviços e na manutenção dos bens. Uma das principais características das parcerias público-privadas que permite esses resultados é a adequada divisão dos riscos contratuais entre o poder público e o parceiro privado, a qual incentiva a inovação, a eficiência, o uso em nível ótimo dos ativos vinculados ao projeto e a gestão orientada à satisfação dos usuários.”

À luz do texto transcrito e da Lei nº 11.079/2004, é possível identificar hipóteses legalmente possíveis de parcerias público-privadas, **exceto** em:

- (A) Criação de Parceria Público-Privada a partir de procedimento licitatório para seleção da proposta mais vantajosa, na modalidade de concessão administrativa, destinada à construção, operação e manutenção de colégio militar em Manaus.
- (B) Criação de Parceria Público-Privada a partir de licitação, na modalidade de concorrência internacional, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato de concessão patrocinada para a exploração do Serviço de Irrigação no Perímetro Público denominado Pontal, no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, precedida de obras na infraestrutura de irrigação de uso comum.
- (C) Criação de Parceria Público-Privada a partir de licitação, na modalidade de concorrência internacional, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato de concessão patrocinada para a exploração da Concessão Patrocinada para operação de trechos das Rodovias BR-116 e BR-324.
- (D) Criação de Parceria Público-Privada a partir de licitação, na modalidade de concorrência, com a finalidade de selecionar proposta para celebração de contrato de concessão comum dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário Hercílio Luz, no Município de Florianópolis.
- (E) Criação de Parceria Público-Privada na modalidade de concessão administrativa para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção, controle remoto em tempo real da infraestrutura e eficiência energética, e sustentabilidade ambiental, da rede de iluminação pública do Município de Salvador.

**QUESTÃO 35**

Situação hipotética: Emílio, ao ser nomeado para o cargo de Oficial de Justiça em Santa Catarina, decide mudar-se com a família para o Estado. Ao chegar, conhece o senhor Antônio, engenheiro aposentado, que mora sozinho em um apartamento ao lado do seu. Ao observar que o veículo do vizinho, em bom estado, não era utilizado, lhe faz uma proposta de locação, com pagamento mensal de R\$1.000,00 (mil reais), além de responsabilizar-se pelas revisões e eventuais despesas que fossem necessárias, o que é aceito e formalizado através de contrato de locação. Ao sair do Fórum, Emílio reencontra Roberto, seu amigo de infância, que acabara de chegar em Santa Catarina e fica sensibilizado ao saber que o conterrâneo estava desempregado, então propõe que Roberto utilize o veículo locado durante o dia para o transporte de passageiros, uma vez que o bem fica estacionado durante seu horário de expediente, estabelecendo com este uma sublocação no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Passados alguns meses, Emílio deixa de cumprir o acordado com o senhor Antônio, causando embaraços para devolver-lhe o automóvel. Após inúmeras tentativas de resolver a questão amigavelmente, o idoso decide propor ação cabível em face de Emílio. Roberto, que estava pagando a sublocação corretamente, ao saber do risco de voltar a passar dificuldades com sua família, ingressa no processo como assistente de Roberto.

A respeito do tema Intervenção de Terceiros no código de processo civil e considerando a situação hipotética narrada, pode-se afirmar:

- (A) Caso Emílio opte por formalizar um acordo com o proprietário do veículo e este seja homologado, Roberto, na qualidade de seu assistente, precisará anuir, podendo inclusive, recorrer.
- (B) Roberto é denominado como assistente litisconsorcial, pois possui relação jurídica com Antônio, ainda que diferente da discutida no processo, sendo também afetado pela decisão.
- (C) Em caso de sucumbência, tanto Emílio, quanto Roberto, deverão suportar os ônus processuais que advirem.
- (D) Poderá Roberto, na qualidade de assistente na demanda, interpor recurso, tempestivamente, contra a sentença proferida, ainda que contrário à vontade de Emílio, em razão da repercussão que esta possui em sua própria esfera de direito.
- (E) Após transitar em julgado a sentença desfavorável do processo em que atuou como assistente de Emílio, Roberto poderá, agora como autor, discutir a justiça da decisão, oportunidade em que irá expor os fatos e comprovar os prejuízos ocasionados pela decisão.

**QUESTÃO 36**

Os adicionais de insalubridade e periculosidade são parcelas salariais destinadas a compensar os trabalhos realizados em condições sujeitas a agressões de agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à saúde, bem como prestados em condições que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador em atividades ou operações consideradas como perigosas. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- (A) Para efeito de cálculo dos respectivos adicionais, a base de cálculo somente poderá ser diferente do salário-mínimo se sobrevier lei nova, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho que contenham expressamente dispositivo sobre a referida base de cálculo.
- (B) Cabe ao empregador adotar medidas que diminuam ou eliminem a nocividade no ambiente de trabalho, mas em caso da não utilização, por livre deliberação do empregado, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), fornecidos pelo empregador conforme as normas vigentes, este estará isento do pagamento do referido adicional.
- (C) Considerando a adoção de normas tendentes a reduzir os riscos no ambiente de trabalho, o entendimento da doutrina majoritária, bem como posicionamento recente dos Tribunais é no sentido de que, nos casos de atividades desenvolvidas pelos empregados, que sejam classificadas como perigosas e insalubres, os trabalhadores farão jus ao recebimento do adicional de insalubridade e o de periculosidade cumulativamente.
- (D) Os adicionais de insalubridade e periculosidade possuem caráter transitório, ou seja, subsistem enquanto durar a atividade insalutífera ou periculosa, destarte, são classificados como de natureza indenizatória, não sendo integrados à remuneração para o cálculo de outros direitos trabalhistas.
- (E) O Médico do Trabalho é o profissional exclusivamente responsável pela elaboração do laudo pericial a ser realizado para efeito de caracterização e classificação da Insalubridade e Periculosidade devido ao empregado em caso de constatação, sendo exigido deste profissional seu registro no Ministério do Trabalho.

**QUESTÃO 37**

O julgamento das contas do Presidente da República pelo Poder Legislativo (art. 49, IX, CRFB/88) é um exemplo do sistema *check and balances* na nossa Constituição, justamente pela interferência do Legislativo no Executivo, a fim de equilibrar os Poderes e evitar o arbítrio irregular de um deles, sendo esta uma das características essenciais para distinguir a organização dos Poderes no Estado brasileiro.

No que concerne a esse sistema, qual a alternativa que traz assertiva **incorreta**?

- (A) O sistema *check and balances* é um sistema de fiscalização mútua, uma vez que um Poder, freando o arbítrio e se contrapondo ao peso político e jurídico do outro, cria uma garantia ao povo contra esse arbítrio, não se limitando na relação entre os Poderes, apenas.
- (B) O controle externo feito pelo Legislativo sobre os demais, com auxílio do Tribunal de Contas, é um exemplo do sistema *check and balances* de interferência do Legislativo sobre o Executivo.
- (C) A sustação de atos normativos do chefe do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, feita pelo Poder Legislativo, é um exemplo da interferência do Legislativo em atos do Executivo, o que caracteriza o sistema *check and balances*.
- (D) O veto constitui exceção ao sistema *check and balances*, justamente pelo ato emanado pelo chefe do Poder Executivo ser uma função de competência exclusiva da União, onde compete, por exemplo, ao Presidente da República atuar nesta fase do processo legislativo, uma vez que também é eleito democraticamente pelo povo em processo eleitoral.
- (E) O sistema *check and balances* é um sistema que regula os Poderes da República Federativa do Brasil, o que não exclui as possibilidades excepcionais de um Poder exercer de modo atípico os poderes típicos de outro Poder, como por exemplo quando o Poder Legislativo organiza a sua própria polícia.

**QUESTÃO 38**

Caso hipotético: O Procurador Geral da República, por entender que a Lei Complementar nº 226/1987 do estado X afrontaria norma constitucional em vigor oriunda da manifestação do poder constituinte originário, resolve propor ação em sede de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de que a matéria tratada na Lei objeto da ação deveria ser revestida na forma de Lei Ordinária estadual. No julgamento da referida ação, o plenário do órgão judiciário declarou:

- (A) A improcedência parcial do pedido após sua interpretação conforme a Constituição, pelo que determinou a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, desprezando o teor incompatível com a norma constitucional vigente.
- (B) A arguição inadequada, tendo em vista a compatibilidade material do texto da referida lei com a vigente Constituição, uma vez que a forma de Lei Complementar adquirida na lei não seria razão de ofensa ao texto supremo.
- (C) A inconstitucionalidade da referida Lei Complementar em razão da superação da teoria que define a hierarquia das Leis Complementares sobre as Leis Ordinárias, fundamentando a decisão na necessária obediência à repartição de competências definida na norma constitucional vigente.
- (D) A inconstitucionalidade da referida Lei Complementar estadual, porém, neste caso, poderia o Supremo Tribunal Federal, por 2/3 dos votos, aplicar a técnica da modulação de efeitos se considerasse haver necessidade de preservar a segurança jurídica.
- (E) A improcedência da referida ação em razão da tese já pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal de que, em razão do rigor no formalismo de sua criação, Lei Complementar pode abranger, em seu conteúdo, matéria de competência de Lei Ordinária, cuja criação é menos rigorosa, pois “quem pode o mais, pode o menos”.

**QUESTÃO 39**

Situação hipotética: Marta, aproveitando as férias em Florianópolis com sua mãe, dona Augusta, e seu único filho, Lucas, decide levá-los para conhecer uma famosa praia da ilha, para tanto, utilizam-se do ônibus da empresa X que faz este percurso. No caminho, o motorista, ao tentar desviar de um buraco na pista, perde o controle do veículo, capotando diversas vezes, o que fez com que Marta fosse arremessada para fora, ferindo-se gravemente e evoluindo a óbito antes mesmo da chegada da ambulância. Seu filho Lucas aciona o Judiciário pleiteando indenização por danos morais em decorrência do falecimento de sua mãe, e dona Augusta, por sua vez, com outra ação indenizatória de dano moral em razão do falecimento de sua filha, ambos em face da concessionária operadora da linha na qual aconteceu o acidente. No caso narrado, há identidade de pedidos e de causa de pedir, a justificar também a reunião dos processos.

Considerando o caso hipotético narrado, e o tema litisconsórcio à luz do Código de Processo Civil de 2015, a alternativa que melhor se coaduna com o tema é:

- (A) Caso dona Augusta, em sede de recurso, peça a majoração dos honorários arbitrados em sentença, somente a esta aproveitará.
- (B) Presumir-se-á intimado Lucas, no caso de efetiva intimação recebida por dona Augusta, para que compareçam a determinado ato processual, dada a natureza da ação.
- (C) Lucas e sua avó não poderiam ingressar com as respectivas demandas no Juizado Especial, haja vista o procedimento, ainda que mais célere, possuir menos formalismo, não sendo admitido litisconsórcio.
- (D) É denominado litisconsórcio quando duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, e ativamente restando configurado hipótese de cúmulo subjetivo no processo.
- (E) Caso uma das partes tenha ingressado primeiro com a ação, por tratar-se de hipótese de conexão pelo pedido ou pela causa de pedir, o que possibilita a formação de litisconsórcio, a outra demanda poderia ser distribuída ao mesmo juízo a fim de que fossem julgadas conjuntamente, o que propiciaria celeridade processual.

**QUESTÃO 40**

Situação hipotética: Determinada Agência Reguladora vinculada à União, com o objetivo de melhor desenvolver suas atribuições de controle e fiscalização das atividades desenvolvidas por particulares no exercício de atividades de interesse público, resolve estabelecer centro administrativo no Município de Blumenau-SC. Para tal, adquire imóvel situado em bairro nobre da zona urbana.

Estrategicamente localizado, tal centro passa a ser principal executor das atribuições da referida Agência. Entretanto, no início do ano de 2018, o Presidente da Agência percebeu que, mesmo com o bom desempenho do centro, a sua manutenção não seria viável, uma vez que o encargo relativo ao IPTU em relação ao imóvel adquirido em bairro nobre seria oneroso e traria desequilíbrio às finanças desta pessoa jurídica.

Considerando o caso hipotético narrado e a legislação pátria pertinente, pode-se afirmar:

- (A) Por ter natureza de agência executiva, que exerce certas atividades administrativas típicas do Ente Federativo ao qual está vinculada, a referida agência reguladora deverá ser alcançada pela imunidade tributária devida pelo Município à União.
- (B) Compete às agências reguladoras relevante função de controle dos serviços e atividades exercidos sob o regime de concessão. Por esta razão, elas deverão ser isentas de impostos Municipais, Estaduais e Federais, porém, poderão ser alcançadas por outras espécies tributárias.
- (C) No caso narrado, é possível que a câmara de vereadores do Município de Blumenau, considerando a função social exercida pela referida agência, estabeleça redução da base de cálculo do IPTU devido, mediante lei específica.
- (D) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, só poderá ser concedido mediante lei complementar municipal.
- (E) No que se refere ao patrimônio da referida autarquia em regime especial, desde que esteja vinculado a suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes, ela estará amparada pela imunidade tributária recíproca.

**RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA****INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:**

- 1) A Prova Discursiva deverá ser elaborada com extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30.
- 2) O candidato que transcrever na Folha da Prova Discursiva com lápis grafite (ou lapiseira) ou caneta esferográfica de cor diferente de PRETA ou AZUL será automaticamente eliminado do concurso.
- 3) Na **FOLHA DE REDAÇÃO** assinhe **APENAS** no local apropriado, pois é vedado assinar ou rubricar na Folha de Redação fora deste espaço.
- 4) A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- 5) Os critérios de avaliação são: **Adequação à proposta e ao gênero; Argumentação; Coesão; Coerência e Gramática**; cada critério possui a pontuação máxima de 4 (quatro) pontos.

|    |
|----|
| 1  |
| 2  |
| 3  |
| 4  |
| 5  |
| 6  |
| 7  |
| 8  |
| 9  |
| 10 |
| 11 |
| 12 |
| 13 |
| 14 |
| 15 |
| 16 |
| 17 |
| 18 |
| 19 |
| 20 |
| 21 |
| 22 |
| 23 |
| 24 |
| 26 |
| 27 |
| 28 |
| 29 |
| 30 |